

## ARISTÓTELES E A ESCRAVIDÃO

JUSSEMAR WEISS GONÇALVES\*

Observando mais de perto o mundo antigo grego, notaremos que as pessoas geralmente encontravam-se envolvidas em algum tipo de trabalho compulsório. Como diz Vidal-Naquet, "no mundo mediterrâneo do 1.º milênio, a dependência não é surpreendente"<sup>1</sup>. Dessa forma, a sociedade convivia com uma série de relações definidas por Pollux como "metaxi de eleutheron kai doulon" em seu livro *Onomasticon*, escrito no século II de nossa era. Esse meio termo, esse espaço, no dizer de Pollux, é uma demonstração de que, do ponto de vista do mundo concreto das relações de produção, os homens, no mundo antigo, viviam no interior de um contínuo onde aparecem relações de dependência marcadas justamente por essa presença, ora maior, ora menor, do nexa.

Podemos notar, então, que essa sociedade produziu, durante toda a sua existência, uma série de construções simbólicas que situavam o não-livre no interior deste mundo.

Essas variadas formas de ausências de liberdade nos dão uma noção aproximada de um mundo que construiu, no decorrer de sua história, relações nas quais não havia atividade em que os escravos não se fizessem presentes ao lado dos livres. Apenas as atividades políticas e militares estiveram fora das funções específicas dos não-livres.

Mergulhados em uma sociedade cujas referências sempre lhes traziam a presença da escravidão, os gregos, apesar de não terem deixado tratados que, particularmente, discutissem o problema, não deixaram de se perguntar sobre a escravidão. Responderam de maneiras variadas, com nuances e complexidades diversas, mas nunca chegando a duvidar da legitimidade da própria instituição.

Interessa-nos analisar mais de perto a visão aristotélica, marcada por uma singularidade quanto a sua concepção da escravidão.

\* Professor do Dep. de Biblioteconomia e História - FURG.

<sup>1</sup> VIDAL-NAQUET, 1988, p. 108.

Não apenas na questão da escravidão essa singularidade se faz presente.

Aristóteles distancia-se de seus contemporâneos também ao analisar o perigo que representa o crescimento econômico enquanto crematística, para a cidade, levando a penetração do mundo do trabalho no mundo da política. Para ele isso significaria o desmantelamento do corpo de cidadãos e da ordem.

Também se observa esta capacidade de construir um pensamento inovador na análise da escravidão que, nas palavras de V. Goldschmidt, "buscou encontrar o homem no escravo."<sup>2</sup>

Encontra-se em suas obras referências ao escravo, a sua origem, a sua utilidade; e mesmo a sua humanidade. Rompendo o círculo das interpretações sobre o escravo, ele define o lugar deste construindo uma profunda clivagem entre seu pensamento, o de Platão e o de Xenofonte. Aristóteles mostra-nos como é possível, mesmo em uma sociedade que jamais discutiu a legitimidade da escravidão, encontrar brechas para desenvolver um pensamento que desenhasse argumentos permitindo ao escravo encontrar-se com a humanidade. Na obra *Política*, já em seu início, Aristóteles traça a diferença na medida em que afirma a prioridade da cidade sobre o indivíduo. Mas isso não o impediu de realizar uma gênese histórica da cidade a partir do indivíduo. O próprio indivíduo é pensado sob o ponto de vista da família. Esta é compreendida como resultado de dois instintos: o da reprodução, que une marido e mulher, pais e filhos, e o instinto da auto-preservação, que envolve o senhor e o escravo. Aristóteles, então, coloca o indivíduo no interior de uma relação tripla: marido e mulher, pais e filhos, senhores e escravos. Essa divisão permite a ele perceber o lugar exato da existência do escravo na cidade, e, a partir daí, observar essa instituição tão polêmica aos olhos dos gregos.

Esse lugar não é a cidade enquanto tal, no seu conjunto, mas a casa, ou melhor, a economia doméstica. É lá que Aristóteles situa a relação senhor/escravo, não na cidade.

Autores como Platão, Protágoras ou mesmo Xenofonte, que tratara do problema da economia antes de Aristóteles, não identificaram essa diferença administrativa entre casa e cidade<sup>3</sup>. Isso fica claro se observarmos a questão colocada por Aristóteles quanto à natureza do comando que exerce o senhor sobre o escravo. Para ele, esse comando é natural, no pressupõe nenhum tipo de ciência, conforme pode-se notar em *Política*, livro I, 2, 1251a. "A verdadeira ação que o senhor deve ter

<sup>2</sup>GOLDSCHMIDT, s.d., p. 64.

<sup>3</sup>GOLDSCHMIDT, s.d., p. 65.

sobre seu escravo não é precisamente de ordem científica: ele deve proporcionar-lhe o nascimento da virtude e da razão, em particular, explicando-lhe os motivos que inspiram as ordens que lhe endereça"<sup>4</sup>. Aqui notamos que, para Aristóteles, a natureza desse relacionamento não é política, não se estabelece entre iguais, não pressupõe uma ciência.

Ora, a significação dessa separação entre a casa e a cidade fica ressaltada, já que Platão, ao falar do comando, da direção, o faz de forma a não perceber diferentes naturezas do comando em relação à casa e à cidade. Dessa forma, Platão desaconselha toda e qualquer explicação ao escravo<sup>5</sup>. Na *República*, VII, 549a, diz que o homem perfeitamente elevado despreza o escravo. No *Política*, 289d, define o escravo da seguinte forma: "aquele que se compra ou se vende, deve-se chamar inquestionavelmente escravo". Platão desenha uma relação marcada pela noção de superior a inferior, não há para ele nesse assunto direito natural. Para compreender essa posição de Platão faz-se necessário observar o debate que envolveu os historiadores gregos durante os anos 30 do séc. IV a.C., período no qual Aristóteles elaborou a teoria da escravidão por natureza, sobre a melhor forma de escravidão: o hilita e a escravidão-mercadoria.<sup>6</sup>

É claro que Platão define-se pelo escravo-mercadoria conforme a citação do *Política*, 289d.

Não há por que senhores e escravos serem amigos (*Leis*, VI, 757a). O escravo visto como resultado da compra e venda coisifica-se. Platão, como Teopompo, pensa o escravo nos marcos de uma sociedade que vê suas atividades econômicas crescerem, rompendo o limite da terra para a acumulação, e incorporando ao capital mobiliário escravos de aluguel, concessão de minas e de oficinas.<sup>7</sup>

Aristóteles situa a relação senhor/escravo nos marcos da *oikonomia*, como já foi citado, no interior de necessidades limitadas que permitem ao senhor manter uma relação de amizade com o escravo. O escravo está ligado à ação, não à produção. Ele não produz um artigo em particular, mas se dedica a ajudar a vida do senhor. O que aqui está em jogo é o escravo doméstico, mais que aquele ligado à indústria ou à agricultura.<sup>8</sup>

Dialogando com as teses que colocavam a escravidão como ligada à natureza, à convenção ou à violência, Aristóteles articula argumentos condenando a escravidão resultante das guerras por ser contra

<sup>4</sup>GOLDSCHMIDT, s.d., p. 65.

<sup>5</sup>Leis VI 777 e sg.

<sup>6</sup>VIDAL-NAQUET, 1988, p. 101.

<sup>7</sup>GONÇALVES, 1993, p. 23.

<sup>8</sup>ROSS, 1987, p. 246.

a natureza e aberrante. Na *Política*, livro I, 1255 - 3 - 16, Aristóteles coloca:

*existem escravos e livres que não são por natureza, e também que em alguns homens sua condição de escravos ou livres está bem definida, é, então, conveniente para um ser escravo e para o outro dominar, e isto é justo, um deve ser dominado e o outro dominar segundo sua disposição natural. Mas o fazer mal a sua função é prejudicial para ambos, pois a parte e o todo, o corpo e a alma têm os mesmos interesses, e o escravo é uma parte do senhor, uma espécie de parte animada separada de seu corpo. Por isto o senhor e o escravo que por natureza merecem sê-lo, têm interesses comuns e amizade recíproca, e quando não é este o caso, mas que são senhor e escravo por convenção e violência, sucede o contrário.*

*A natureza tende a produzir homens robustos para o trabalho e outros aptos para vida política.*

Neste ponto Aristóteles acrescenta: "ocorre com freqüência a natureza fazer o contrário; alguns escravos tem corpos de livres".

Buscando romper o círculo da utilidade platônica em relação ao escravo, Aristóteles discute a questão da legitimidade da escravidão. Isso é o que preocupa Aristóteles, o fundamento da escravidão como sendo conforme ou contrário à natureza. Discute uma medida capaz de tornar o escravo homem, de fazê-lo participar da humanidade. No *Econômico*, Aristóteles diz:

*"A educação que modifica o sentido do caráter dos jovens é uma necessidade quando se adquire escravos.*

*Formar pela educação aqueles que realizarão tarefas dignas de homens livres.*<sup>9</sup>

Essa passagem do *Econômico* é um claro progresso para um

<sup>9</sup>ARISTÓTELES, Livro I, 5, 1.

homem grego do século IV a.C. Essa idéia representa, certamente, uma novidade.<sup>10</sup>

Também representa um avanço se lembrarmos o que diz Aristóteles na *Política*, livro I, 7, 1255b 25-27: "não há por que ensinar ao jovem escravo o ciclo dos serviços domésticos". "Há um desenvolvimento progressivo do pensamento de Aristóteles"<sup>11</sup>. Para ele, o escravo é capaz de compreender as razões e os pensamentos do senhor; pode, como faz na *Ética a Nicômaco*, conceber a amizade com um escravo. Diz ele: "Sim e não, não enquanto escravo, sim enquanto homem suscetível de entender uma lei ou convenção". A natureza do escravo não pode ser assim tão dividida. O fato de ser um homem é incompatível com ser um mero instrumento animado.

Como diz V. Goldschmidt, "Aristóteles coloca entre o senhor e o escravo relações de amizade e justiça, e considera a libertação como uma recompensa normal da escravidão."

É claro que Aristóteles não é contra a instituição da escravidão, não rompe o círculo da produção social da mentalidade, mas custa para afirmar uma legitimidade a essa prática. O limite dos pensamentos aristotélicos é aquele de seu tempo. Na *Política* I, 4, 4, diz que existem instrumentos inanimados e instrumentos animados. Os escravos são animados e são percebidos como servidores, como famílias de serviço, não como trabalhadores, nem mesmo como produtores. Não há como, nessa sociedade no interior desse pensamento, o escravo desaparecer. A não ser que a lançadeira tecesse sozinha, ou seja, só com a supressão do trabalho humano pela naturalização da máquina, e não pela mecanização da natureza visando conceito do mundo moderno. Eles visam a satisfazer as necessidades (*Tá Anankaia*) inerentes à economia doméstica. São subordinados à finalidade da cidade, que é o viver bem. Nessa sociedade, o escravismo não tem fim. Aristóteles não rompe, mas relativiza; busca, como diz Ross

*construir limites à escravidão, tornando-a mais humana, nem sempre a distinção entre livre e o escravo foi nítida, nem sempre o filho de um escravo natural é escravo. A guerra não é o caminho legítimo para a escravidão, o poder nem sempre significa excelência.*<sup>12</sup>

<sup>10</sup>WARTELLE, 1968, p. 52.

<sup>11</sup>WARTELLE, 1968, p. 52.

<sup>12</sup>ROSS, 1986, p. 247.

Todo esse esforço mental para gerar um método de análise da escravidão, como diz V. Goldschmidt, é, como afirma Garlan, "para fundar uma dominação baseada na obediência consentida"<sup>13</sup>, como pensar isso em relação a Platão, que recusava qualquer relação mais próxima entre senhor e escravo? Garlan tem razão em parte, mas é inegável o esforço que faz Aristóteles para trazer o escravo para a humanidade. Ensinar hábitos dos livres não é romper o círculo? Talvez. Ziguezagueando entre as teses, afirmando que "nenhum grego deveria escravizar outro grego"<sup>14</sup>, Aristóteles certamente surpreendeu seus contemporâneos, dizendo que o interesse do senhor é idêntico ao do escravo; deveriam ter uma amizade recíproca, senhor e escravo deveriam pensar juntos.

Apesar disso, para terminar, ele ncs parece reacionário. Para seus contemporâneos, parece ter sido um revolucionário.

## BIBLIOGRAFIA

1. ARISTOTE. *Economique*. Paris: Belles Lettres, 1968.
2. \_\_\_\_\_. *L'Ethique à Nicomaque*. Paris: Belles Lettres, 1969.
3. \_\_\_\_\_. *Política*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos, 1951.
4. GARLAN, Ivon. *Les Esclavages en Grèce Ancienne*. Paris: La Découverte, 1984.
5. GOLDSCHMIDT, V. *Ecrits*. Etude de philosophie ancienne. s.d.
6. GONÇALVES, Jussemar. Aristóteles: a cidade o trabalho e a sombra do privado. *R. Biblos*, v. 5, 1993.
7. PLATON. *Lois*. Paris: Belles Lettres, 1949.
8. \_\_\_\_\_. *Politique*. Paris: Belles Lettres, s.d.
9. ROSS, David. *Aristóteles*. Lisboa: Dom Quixote, 1986.
10. VIDAL-NAQUET, P. et alli. *Travail et esclavage en Grèce Ancienne*. Bruxel'es: Complexe, 1988.
11. XENOPHON. *Economique*. Paris: Belles Lettres, 1971.

<sup>13</sup>GARLAN, 1984, p. 152.

<sup>14</sup>GARLAN, 1984, p. 167.